



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

Aos 25 dias do mês de maio de 2016, pelas 09:45 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:45 - Apreciação e votação do Relatório da audição da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva, indigitada para Presidente do Conselho de Administração da ERS, ao abrigo do artigo 17.º da Lei-Quadro das entidades reguladoras (Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto) - Relator: Deputado Luís Graça.

10:00 - Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (3.ª audição obrigatória), sobre Política Geral da Saúde.

Apreciação e votação do Relatório da audição da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva, indigitada para Presidente do Conselho de Administração da ERS, ao abrigo do artigo 17.º da Lei-Quadro das entidades reguladoras (Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto) - Relator: Deputado Luís Graça

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos dando a palavra ao Deputado Luís Graça para apresentar o Relatório referente à audição da Dra. Sofia Ribeiro Nogueira Soares da Silva.

O Deputado Luís Graça deu conta de que «o perfil da candidata indigitada para Presidente do Conselho de Administração da ERS, ficou comprovado quer pela análise e escrutínio do seu currículo, quer pelas explicações e esclarecimentos prestados face às questões colocadas pelos Deputados em sede de Comissão de Saúde» e que foi reconhecida a sensibilidade social e o papel cívico desempenhado ao longo de anos, ficando também demonstrado pelas respostas, explicações e esclarecimentos prestados durante a audição. Face ao exposto, conclui-se que a indigitada reúne todas as condições para exercer o cargo, devendo o presente Relatório ser enviado ao Governo.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Relator e propôs uma pequena precisão, que foi aceite.

O Relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV.

Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (3ª audição obrigatória), sobre Política Geral da Saúde

O Presidente cumprimentou a equipa da Saúde e referiu a grelha de tempos utilizada, que se inicia com uma intervenção do Ministro da Saúde.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

Manuel Delgado, cumprimentou o Presidente e os Deputados. Começou por referir que *«ao longo dos últimos 6 meses o Governo tem restaurado a confiança e aumentado a esperança dos portugueses no futuro do país e na melhoria efetiva das suas condições de vida, tendo o Ministério da Saúde executado o plano submetido aos Portugueses»*. A *«sustentabilidade do SNS é uma prioridade, reafirmando que os resultados do mês de abril são melhores que no mesmo período do ano anterior. Os números já conhecidos da execução orçamental de abril mostram que é possível um outro caminho, consolidando as contas públicas sem deixar os portugueses, nem os profissionais de saúde para trás»*.

Sublinhou que a partir deste mês passa a haver *«livre acesso e circulação»* dentro do Serviço Nacional de Saúde, e que caberá aos médicos de família, em conjunto com o utente, tomar a decisão de colocar os doentes onde entenderem ser mais conveniente, optando por qualquer uma das unidades hospitalares do SNS onde exista a especialidade em causa, tendo a referenciação por base critérios prioritários como o interesse do utente, a proximidade geográfica e os tempos médios de resposta, que estão acessíveis através do Portal do SNS, para a primeira consulta de especialidade hospitalar nas várias instituições do SNS. Informou que a medida visa potenciar a capacidade instalada no SNS, em cumprimento das regras de referenciação em vigor e de acordo com as preferências dos utentes, segundo critérios de interesse pessoal e de qualidade do desempenho das instituições.

Reiterou formalmente uma forte aposta nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), anunciando para este ano a criação de 30 USF's, modelo A, e a migração de 25 USF's modelo A para modelo B, a remodelação e construção de novos centros de saúde, a colocação, em junho, de cerca de 338 médicos de medicina geral e familiar, prevendo-se 30 para o Algarve, assim como proceder ao reforço da enfermagem, colocando 100 profissionais nesta zona do país. Anunciou ainda a remodelação e construção de novos centros de saúde ao longo do país. Disse que é uma prioridade executar o programa simplex da Saúde, continuando a simplificar os procedimentos relativos ao acesso e utilização do SNS, destacando o sucesso da receita sem papel, sobretudo para os portadores de doença crónica.

Realçou que tem procurado cumprir o que foi prometido no Programa do Governo, reiterando *«o compromisso com a sustentabilidade do SNS, melhorando o acesso, eficiência e qualidade nos cuidados de saúde, prevendo apresentar brevemente medidas estruturais que a ela conduzam. Disse que conta intervir a breve prazo em diversas matérias, como por exemplo nos incentivos de mobilidade de médicos para o interior do país, na revisão do programa nacional de vacinação ou na reforma da saúde pública»*. Terminou a sua intervenção *«considerando que é preciso*



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

salvaguardar a confiança dos utentes nas instituições públicas, reafirmando a total confiança nos serviços e nos profissionais do SNS e que todos juntos construirão um Serviço Nacional de Saúde mais forte e sustentável».

O Deputado Miguel Santos fez uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos solicitando ao Presidente que peça ao Ministro da Saúde para corrigir afirmações sobre o incumprimento relativamente à criação de novos centros de saúde, por parte do anterior Governo.

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. De facto, o Governo está em funções há seis meses e a sua principal marca é a reversão de uma significativa parte das medidas e orientações do anterior Governo, reconhecendo que tem gerido bem a sua agenda política, com muitas orientações programáticas, algumas medidas pontuais e a criação de muitas comissões de estudo e grupos de trabalho que procuram disfarçar a falta de estratégia e de orientação do Ministério da Saúde. Aludiu ao PJR apresentado pelo PSD, sobre políticas de saúde para o futuro, e que já foi aprovado, perguntando ao Ministro o que pensa deste contributo. Antes de continuar a questionar o Ministro, disse que não se percebe o pedido de adiamento da 4.ª audição obrigatória de junho para setembro, tendo posteriormente justificado essa alteração com a sua participação, na mesma data da audição, numa conferência internacional. Não entende porque pretende o adiamento para setembro. Colocou questões sobre problemas que estão a ocorrer nos CS e nos Hospitais, nomeadamente sobre a dificuldade de acesso ao tratamento de doentes oncológicos e da falta de material; sobre se o SNS está preparado para a aplicação das 35 horas semanais e se tem estudos sobre essa aplicação, solicitando que os envie ao Parlamento. Sobre o alargamento dos beneficiários da ADSE, onde tem havido avanços e recuos, perguntou se não faria mais sentido avaliar primeiro e decidir depois.

O Ministro agradeceu as questões, reiterando desde já todo o interesse em estar presente na audição do próximo dia 22, esperando a compreensão da Comissão para que a audição termine um pouco mais cedo devido aos compromissos já assumidos. O assunto das reversões e da falta de estratégia é recorrente porque qualquer medida que se tome e que seja diferente da do Governo anterior é considerada reversão. Reconhece que o SNS tem problemas, muitas vezes devido mais à organização do que ao financiamento e os casos do Barreiro e do Médio Tejo são lamentáveis, mas enquanto responsável político tudo fará, em diálogo com os dirigentes locais e regionais, para minorar essas circunstâncias. No que se refere à ADSE está a ser cumprido o que está no programa do Governo e até ao fim de junho disporá dos relatórios pedidos à ERS e a uma comissão independente presidida pelo prof. Pedro Pita Barros. Sublinhou que, enquanto



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

responsável político, tem tido cuidado em não interferir na gestão interna da ADSE que tem um estatuto especial, cabendo ao seu Diretor Geral fazê-lo. Este apresentou uma proposta para a revisão de preços aos prestadores aderentes, propondo um copagamento e, em reunião com os sindicatos, foi entendido que a proposta carecia de maior ponderação. Reafirma o que disse anteriormente sobre a implementação das 35 horas semanais e recordou uma iniciativa legislativa pendente no Parlamento sobre a forma como a medida será implementada, sendo certo que entrará em vigor no dia 1 de julho, sem prejuízo de que possa haver setores e serviços, nomeadamente no SNS, em que ocorra de forma faseada.

O Deputado António Sales cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Sublinhou que seis meses é um bom tempo para fazer uma avaliação do desempenho do Governo, estabelecendo uma relação entre o compromisso e o executado. Aludiu aos dados do INE sobre o suicídio, verificando-se um aumento de mais de 16% de 2013 para 2014, perguntando o que pode ser feito para inverter a situação. Teceu considerações sobre a implementação de medidas sobre as taxas moderadoras, o transporte de doentes não urgentes, a contratação de mais médicos de medicina geral e familiar, implicando ter menos utentes sem médico de família, bem como a intenção de criar cerca de 30 USF. Abordou os centros de referência hospitalar, o início da avaliação das PPP por entidades independentes, o reforço da rede de cuidados continuados, com a criação até final do ano de mais 750 vagas, da luta contra a fraude e o desperdício, da desmaterialização da receita médica, tendo perguntado qual vai ser a poupança resultante do registo de saúde eletrónico. Na área de saúde pública, e aludindo ao relatório da DGS que aborda o sal no pão, o tabaco e a obesidade, perguntou o que pensa fazer nesta área. No corrente ano as capacidades formativas não contemplam todos os médicos, e com a falta de médicos no SNS, qual vai ser a solução para estes jovens médicos que não têm acesso à formação.

O Ministro agradeceu as questões. Respondendo ainda à Deputada Ângela Guerra sobre a atenção do Governo quanto à iniciativa legislativa do PSD, disse que quando o documento é uma extração do programa do Governo e as medidas estão replicadas não pode haver outra orientação que não seja de aprovação. Respondendo ao Deputado António Sales disse que a questão dos suicídios não deve ser veiculada a nenhum período de governação ou de governo, é um assunto demasiado sério para se fazerem ligações de natureza política, pode sim ser ligado a contextos económicos, devendo-se evitar que o país tenha situações de rutura social e sofrimento. É favorável à promoção de estilos de vida saudável, tendo anunciado que o Governo vai ter uma iniciativa legislativa para impedir que máquinas dispensadoras de produtos prejudiciais à saúde,



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

designadamente aqueles com elevado teor de sal e de açúcar, estejam disponíveis nos estabelecimentos do SNS. Prestou diversas informações: sobre o programa piloto em curso de rastreio de saúde visual no norte do país, que deverá ser implementado até final do ano; sobre o registo de saúde eletrónico, que deverá estar operacionalizado em 2017 e que vai ter impacto na qualidade devida dos profissionais e dos cidadãos; disse que em Portugal não há falta de médicos, estão é mal distribuídos ao longo do país, havendo especialidades mais carenciadas como medicina geral e familiar e anestesia, sendo que o Ministério tem dialogado com a OM sobre as idoneidades formativas e a possibilidade da sua revisão.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Ministro da Saúde e os Secretários de Estado. Quando de fala da reversão das taxas moderadoras, da reversão da privatização de hospitais públicos e da reversão do processo de destruição do SNS que estava em curso, é a favor das reversões. Nos últimos anos houve desinvestimento no SNS e diversos serviços ficaram perto do estado de rutura, e o OE 2016 é insuficiente para fazer o que foi desfeito em quatro anos, sendo necessário reforçar e valorizar o SNS, combatendo redundâncias e algumas rendas. Segundo o Relatório do acesso aos cuidados de saúde, o SNS convencionou a privados mais de 360 milhões de euros em meios complementares de diagnóstico e terapêutica, como análises laboratoriais, radiologia, fisioterapia e outros. Enquanto alguns hospitais encerraram os laboratórios de radiologia nos últimos anos, há Centros de Saúde disponíveis para os acolherem, tendo perguntado ao Governo o que pensa fazer relativamente a estas questões e como pensa agir em relação às PPP onde se gastam mais de 400 milhões de euros anualmente. Na sua opinião estes hospitais deviam ser integrados no SNS, talvez como Hospitais EPE. Apontou falhas à PPP de Braga, especialmente pela transferência de doentes mais complicados para o Hospital de Santo António, bem como pela não dispensa de medicamentos para alguns desses doentes.

O Ministro agradeceu as perguntas. Tem consciência de que é inevitável o reforço do OE 2017, mas até à sua discussão há muito trabalho a fazer, designadamente sobre a eficiência e organização das instituições de saúde e a redução da má despesa. A propósito dos gastos efetuados com as cirurgias realizadas pelo setor convencionado, não entende que o Centro Universitário de Coimbra, onde trabalham cerca de 7500 profissionais, seja a unidade de saúde que emite mais vales para cirurgias, tendo referido que os Hospitais da Figueira da Foz e de Leiria manifestaram ter capacidade de resposta. Sublinhou que um sistema de saúde privado não deve ser montado para depender essencialmente do setor público. Os meios complementares de diagnóstico prestados pelo convencionado não são todos iguais, nalguns casos a proximidade



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

serve o interesse das populações, devendo alterar-se o modelo de relação, dando aos trabalhadores incentivos concretos e assim potenciar a capacidade instalada no SNS. Sobre as PPP disse que vai haver uma avaliação externa do seu desempenho na saúde para que fique demonstrado o interesse público. No que respeita à PPP de Braga não está comprometido o atendimento dos doentes, mas quanto ao protocolo do VIH e da esclerose múltipla há uma diferença de interpretação do contrato e, em diálogo, espera encontrar uma solução. Sem prejuízo da vitalidade do setor privado em Portugal os encargos com os convencionados poderão diminuir cerca de 20%, não comprometendo em nada a sua vitalidade e dinamismo, devendo trabalhar com o SNS em complementaridade e não numa situação de dependência.

A Deputada Isabel Galriça Neto cumprimentou o Ministro da Saúde e a sua equipa. O tema da reposição das 35 horas de trabalho não se esgota com as respostas já proferidas pelo Ministro. É um tema que tem suscitado dúvidas de muitos e os resultados de algumas das medidas que referiu na sua apresentação inicial podem estar comprometidos pela aplicação das 35 horas semanais, questionando o Ministro sobre qual será o impacto dessa aplicação na execução orçamental, designadamente na do próximo ano, e também na implicação de verbas para outras áreas da governação. Saudou o Ministro pelas medidas anunciadas, que correspondem a um aumento de produção, precisando de mais recursos humanos e financeiros para as concretizar. Foi anunciada a abertura de 30 USF's modelo A e a passagem de 25 USF's modelo A para modelo B, tendo dificuldade em perceber como será possível atingir essa meta se até meados de abril apenas abriram duas USF e, como os médicos de família são insuficientes, perguntou se pensa alterar o sistema de concursos para a especialidade de medicina feral e familiar. Nos cuidados continuados, a realidade mostra que a lista de espera aumentou bastante, recordando que em dezembro de 2015 a lista de espera ascendia a 1400 utentes e agora tem mais de 2400, perguntando como vai operacionalizar a rede de cuidados paliativos. A terminar, questionou o Ministro sobre o que pensa fazer para inverter a tendência de aumento do endividamento na saúde, porque há notícias de que se regista um atraso no pagamento a fornecedores de Hospitais EPE, mencionando que alguns hospitais se recusam a fazer mais cirurgias e mais consultas.

O Ministro agradeceu as questões colocadas pela Deputada que tem sempre, e bem, uma preocupação com a execução orçamental. Mostrou um gráfico com a execução orçamental de vários anos onde indica a sua distribuição ao longo do ano, com meses melhores do que outros, tendo sossegado a Deputada no aspeto do endividamento. Informou que foi publicado no dia anterior o Despacho que prevê a renovação de camas para os Cuidados Continuados Integrados e



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

que foi nomeada uma comissão que vai criar a Rede de Cuidados Paliativos. Aludiu ao facto de o Ministério da Saúde estar a reativar cerca de 30 milhões de euros relativos a *pay backs* devidos pela indústria farmacêutica à saúde, por contratos bilaterais com a indústria, o que considerou ser uma boa surpresa. Reafirmou que aplicar as 35 horas à saúde significa acrescentar segurança aos doentes, nomeadamente por parte dos enfermeiros, frisando que não ignora o impacto que a medida tem no Ministério da Saúde e no plano político institucional e externo.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Ministro da Saúde e os Secretários de Estado. Fez referência a um estudo recente que refere faltas de material nos CPS, o que revela ter havido falta de investimento na saúde. Abordou diversos assuntos relativos ao desempenho do Hospital de Santarém, perguntando quando é que serão resolvidas as obras no bloco operatório, que foram proteladas pelo anterior Governo, entendendo que a situação é de rutura e causa adiamento de cirurgias. As consultas externas também não estão a responder às necessidades, fundamentalmente em oftalmologia, onde a lista de espera é de dois anos e não estão a aceitar novas consultas. É preciso criar condições para a implementação das 35 horas, recordando que a sua passagem para as 40 horas semanais não resolveu os problemas da saúde, antes os agravou, porque há o risco da perigosidade para a saúde de muitas horas de trabalho dos profissionais. Sobre o internato médico e o próximo concurso da especialidade há notícias de que mais de 400 médicos não têm acesso à formação, pelo que questionou o Ministro sobre o que ainda pode ser feito para que todos tenham acesso a essa formação e também pretende esclarecimentos sobre a situação atual dos 114 médicos que não tiveram acesso ao concurso anterior.

O Ministro referiu que os problemas do Hospital de Santarém resultam do desinvestimento e subfinanciamento do sistema ao longo dos anos. O bloco operatório está encerrado há mais de dois anos e as obras, que são complexas, irão demorar algum tempo, anunciando que vão abrir provisoriamente duas salas no bloco operatório. Informou que a ACSS vai avaliar as condições reais de financiamento e proceder ao desbloqueio posterior de verbas. Sobre a colocação dos jovens clínicos, o PCP apresentou uma iniciativa legislativa, e bem, tendo convidado outros GP a participar e, nessa medida, apoiar o Governo sobre a mobilidade profissional dos jovens médicos, sendo incompreensível que haja dificuldade em colocar médicos, por exemplo, a cerca de 80 km. de Lisboa. Não se pode obrigar um jovem médico ou especialista a ir, contra a sua vontade, trabalhar num local onde não deseja estar, terão de ser criadas condições para desenvolver o seu percurso e isso passa por um diálogo entre as partes. Considera que o Estado não tem condições nos próximos anos para empregar todos os médicos que forem formados, primeiro, porque não



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

precisará deles e segundo, porque isso não acontece com mais nenhuma profissão em Portugal. O que o Estado tem de fazer é criar condições para gerir as expectativas dos jovens e das famílias, mas neste momento ainda existem deficiências nalgumas especialidades, designadamente de médicos de medicina geral e familiar e de anestesistas, de entre outras. O Governo está preocupado com os cerca de 400 jovens médicos, que podem ficar fora da formação e, em diálogo com a OM, verá o que se pode fazer para tornar mais transparentes os critérios que definem a capacidade formativa, lamentando que estes médicos não possam ter acesso à carreira de medicina geral e familiar. O Ministro sublinhou que nunca foi adepto de criticar a política de saúde baseada em casos concretos pontuais, uma coisa é criticar as linhas de orientação política, outra coisa diferente é fazer demagogia, porque haverá sempre casos que correrão menos bem, independentemente dos recursos financeiros disponíveis, há problemas de organização e falhas que estão para além do dinheiro.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Luís Vales, Luís Graça, Jorge Falcato, Teresa Caeiro e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados José António Silva, Idália Serrão, Teresa Caeiro, Paula Santos, Ângela Guerra, Hugo Costa, Isabel Galriça Neto, João Ramos, Miguel Santos, Maria Antónia Almeida Santos, Paulo Sá, Fátima Ramos, Carla Cruz, Isaura Pedro, José Pinotes, Laura Magalhães, Elza Pais, Duarte Marques, Francisco Rocha, Cristóvão Norte, Maria Mercês Borges e Cristóvão Simão Ribeiro, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado da Saúde.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 14:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A gravação integral da audição poderá ser acedida através do link:

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160525_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIIILEG/1SL/COM/09_CS/CS_20160525_2.mp3

Palácio de São Bento, 25 maio 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 31/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Teresa Caeiro
André Pinotes Batista
Carlos Matias
Cristóvão Norte
Duarte Marques
Elza Pais
Francisco Rocha
Hugo Costa
Idália Salvador Serrão
João Ramos
Laura Monteiro Magalhães
Maria Manuela Tender
Maria das Mercês Borges
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eurídice Pereira
José Luís Ferreira
Ricardo Baptista Leite